

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.577 - TO (2019/0292017-4)**

SUSCITANTE : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO  
SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
INTERES. : JOSÉ DANTAS DO REGO  
ADVOGADOS : ROGER DE MELLO OTTAÑO E OUTRO(S) - TO002583  
MAURÍCIO CORDENONZI - TO002223B  
RAFAEL COELHO GAMA - TO006122  
INTERES. : MUNICÍPIO DE SUCUPIRA  
ADVOGADOS : ROGÉRIO BEZERRA LOPES E OUTRO(S) - TO004193B  
MARCOS PAULO CORREIA DE OLIVEIRA - TO006643

### **DESPACHO**

1. Com fundamento no art. 955 do CPC/15, designo o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para “resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes”, haja vista o entendimento sufragado pela C. Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça à luz do qual “a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual” (STJ, CC 105.196/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22/02/2010).

1.1. Oficie-se ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, informando-o do teor da presente decisão.

2. Dispensada a prestação de informações pelas autoridades judiciárias em conflito, em vista da suficiência dos motivos expostos nas decisões declinatórias de competência, determino a abertura de vista dos autos ao Ministério Público Federal (CPC/15, art. 956; RI/STJ, art. 198).

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator